



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
EXPEDIENTE de 17/12/2025 a 10/02/2026

Nos termos do artigo 50, inciso II, do Regimento Interno, foram recebidos por esta Comissão os seguintes documentos:

- Ofício Circular GPE nº 419/25 que encaminha Moção de Repúdio 201/2025 da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, São Paulo, ao Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva;
- Ofício GP. Nº 289/2025 da Câmara Municipal da estância de Ibirá, São Paulo, que encaminha Moção de Apoio ao Projeto de Decreto Legislativo nº 845/2025, de autoria do Senador Flavio Arns; ao Projeto de decreto Legislativo nº 847/2025, de autoria do Deputado Marcio Alvino; e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 45/2025, de autoria do Senador Flávio Arns, que susta os efeitos do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação. Encaminha ainda Moção de Repúdio ao Decreto Federal nº 12.686/2025, que revoga o Decreto nº 7.611/2011 e desestrutura as políticas públicas de educação inclusiva;
- Ofício nº 65/2025 da Câmara Municipal de Arroio Grande, Rio Grande do Sul, que encaminha Moção de Repúdio nº 10/2025 ao Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025;
- Ofício CM nº 1431/2025 da Câmara Municipal de Araras, São Paulo, que encaminha Moção de Repúdio ao Governo Federal pela edição do Decreto Federal nº 12.686/2025;
- Ofício Circular nº 156/2025-CAP da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, que encaminha Moção de Apoio pela autorização da Anvisa para cultivo de Cannabis com objetivo de pesquisa pela Embrapa;
- Ofício nº 200/2025 SCV da Câmara Municipal de Vereadores Santiago, Rio Grande do Sul, que encaminha Moção de Repúdio ao Governo Federal pela edição do Decreto Federal nº 12.686/2025;
- OF. N 1461/1/2025 da Câmara Municipal de Nova Odessa, São Paulo, que encaminha Moção de Apoio ao Projeto de Decreto Legislativo n. 847/2025, de autoria do Deputado Federal Márcio Alvino (PL/SP), que visa sustar os efeitos do Decreto n. 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, revogando o Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011.

Foram feitas as seguintes designações de relatoria:

DIA 22/12/2025

Ao Deputado Duarte Jr.

PROJETO DE LEI Nº 256/22 - do Sr. Cássio Andrade - que "acrescenta parágrafo único ao art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer que a obrigatoriedade de sinalização em Braille e Libras".

PROJETO DE LEI Nº 3.548/24 - da Sra. Lucyana Genésio - que "institui o Dia Nacional de Combate ao Capacitismo. "

PROJETO DE LEI Nº 3.977/25 - do Sr. Marcos Tavares - que "institui o Programa Farmácia Popular Digital, integrando o Programa Farmácia Popular do Brasil ao aplicativo Gov.br/Meu SUS Digital, para retirada de medicamentos em farmácias credenciadas mediante prescrição eletrônica registrada na Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), com entrega domiciliar para idosos e pessoas com deficiência, e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 3.982/25 - do Sr. Clodoaldo Magalhães - que "dispõe sobre a concessão de incentivos por parte do Governo Federal a associações de pessoas com deficiência física que desenvolvam atividades esportivas voltadas à formação de atletas paralímpicos, e dá outras providências. "

PROJETO DE LEI Nº 3.983/25 - do Sr. Clodoaldo Magalhães - que "institui o Programa Nacional de Acesso a Equipamentos Esportivos Adaptados, com foco na concessão e renovação de cadeiras de rodas esportivas e outros materiais adaptados para atletas com deficiência física, e dá outras providências. "

PROJETO DE LEI Nº 4.037/25 - do Sr. Marcos Tavares - que "institui o Programa Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo de Mães Atípicas (PRONEMA), destinado a promover a inclusão social, a autonomia econômica e o apoio a mães de crianças e adolescentes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou doenças crônicas, por meio de capacitação, acesso a crédito e garantias, compras públicas inclusivas, simplificação de negócios e rede de cuidado, e dá outras providências".

DIA 04/02/2026

À Deputada Dayany Bittencourt

PROJETO DE LEI Nº 5.962/25 - da Sra. Yandra Moura - que "dispõe sobre o reconhecimento da epilepsia como deficiência, para todos os efeitos legais, e altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)".

Ao Deputado Geraldo Resende

PROJETO DE LEI Nº 5.856/25 - do Sr. Diego Garcia - que "altera as leis que especifica para atualizar terminologia referente às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)".

PROJETO DE LEI Nº 6.095/25 - do Sr. Aureo Ribeiro - que "dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais capacitados para atendimento de pessoas neurodivergentes durante eventos públicos e privados de grande porte, denominados Guardiões Atípicos, e estabelece diretrizes para acessibilidade sensorial e rotas de fuga adaptadas".

Ao Deputado Márcio Honaiser

PROJETO DE LEI Nº 5.739/25 - do Sr. Messias Donato - que "altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) e o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), para tipificar especificamente como circunstância qualificadora o homicídio doloso de criança ou adolescente com deficiência, praticado por pai, mãe ou responsável legal, e dá outras providências".

À Deputada Silvia Cristina

PROJETO DE LEI Nº 5.747/25 - dos Srs. Leo Prates e Duarte Jr. - que "dispõe sobre a concessão de vitaliciedade do BPC para pessoas com deficiência permanente e estabelecer um benefício de transição para herdeiros em situação de vulnerabilidade, diante do falecimento do beneficiário".

Ao Deputado Zé Haroldo Cathedral

PROJETO DE LEI Nº 7.194/17 - dos Srs. Marcos Abrão e Rubens Bueno - que "altera o inciso I do art. 32 da Lei Nº 13.146, de 6 de julho 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)". (Apensados: PL 2948/2021 e PL 2603/2023 (Apensado: PL 1706/2024))